

No Rio, medida ficou para 2004

Em julho do ano passado, três meses antes das eleições municipais, o Ministério Público do Estado do Rio propôs ao Tribunal de Justiça ações para reduzir o número de vereadores em 83 das 92 cidades fluminenses. O argumento era o de que leis municipais determinavam a quantidade de vagas nas Câmaras em desacordo com as Constituições federal e estadual, que estabelecem o número de representantes da população no Legislativo municipal baseadas na proporção entre parlamen-

tares e habitantes. Segundo o MP, municípios de até um milhão de habitantes poderiam ter no máximo 21 vereadores. Teresópolis, por exemplo, com 128.079 habitantes, em 31 de dezembro de 1999, de acordo com o IBGE, poderia ter dez vereadores e não 21. As ações resultaram num imbróglio resolvido com a manutenção, naquele ano, das vagas estabelecidas pelas cidades.

No início de agosto, o MP já tinha obtido 12 liminares, concedidas pelo Órgão Especial do Tribu-

nal de Justiça, para a redução do número de vereadores. Teresópolis, Nova Iguaçu (33 para 20), Macaé (21 para 10), Cambuci (13 para 9), Vassouras (13 para 9), Niterói (21 para 15), Cordeiro (11 para 9), Cabo Frio e Cantagalo estavam entre as cidades atingidas. Três das liminares – Itaguaí, Maricá e Silva Jardim – foram indeferidas.

O Supremo Tribunal Federal, porém, abriu um precedente, suspendendo decisão do Tribunal de Justiça que reduzia de 17 para dez o número de vereadores na Câma-

ra de Cabo Frio. A reação do tribunal foi transferir a cada desembargador a decisão de cancelar ou não as liminares pelas quais estavam responsáveis, adiando o julgamento do mérito.

O MP chegou a obter 48 liminares, no imbróglio que envolveu ainda o Tribunal Regional Eleitoral e o Tribunal Superior Eleitoral. Mas acabou prevalecendo nova decisão do Supremo, que adiou para as eleições de 2004 a redução do número de vereadores em 51 câmaras municipais do Estado do Rio.